
Regantes portugueses pagam eletricidade mais cara da Europa e pedem apoios ao Governo para produzir energia verde

A energia representa dois terços do custo total do regadio em Portugal e, com a atual escalada dos preços dos combustíveis e uma das faturas de eletricidade mais caras da Europa, muitas explorações agrícolas correm o risco de encerrar o ano com resultados nulos ou negativos.

A situação foi denunciada numa conferência organizada a 7 de setembro, na feira Agroglobal, em Valada do Ribatejo, pela FENAREG- Federação Nacional de Regantes e Portugal e pelo COTR- Centro de Competências para o Regadio Nacional.

«Devido à subida dos preços do gasóleo – de mais de 50% entre janeiro e setembro de 2021 - e da eletricidade, há setores agrícolas que vão ter um resultado financeiro nulo ou negativo este ano», reconheceu Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal.

Por outro lado, o regadio coletivo, que representa quase metade da área de regadio nacional, suporta custos elevadíssimos com a energia, que chegam a 75% do valor do serviço de fornecimento de água aos agricultores. Para aliviar tais custos, a FENAREG defende que as associações de regantes sejam contempladas com apoios públicos para a instalação de equipamentos de produção de energia solar e que sejam implementadas comunidades de energia renovável na agricultura para gerir os excedentes, atingir melhores condições de venda, reduzir custos e emissões de carbono.

A Federação sublinhou ainda durante a conferência a necessidade da criação de contratos sazonais de eletricidade para a agricultura, situação que já existiu no passado em Portugal e que é uma realidade na vizinha Espanha.

Luís Mira Amaral, professor no Instituto Superior Técnico e ex-Ministro da Indústria e Energia, orador principal da conferência, exortou os agricultores a tornarem-se especialistas de energia: *«Os agricultores têm de ser agentes ativos, investindo em produção própria de energia renovável, tornando-se energeticamente independentes da rede, através da produção em painéis fotovoltaicos ou associando-se entre si e constituindo comunidades locais de energia, em que uns produzem e outros consomem»*.

A Confederação dos Agricultores de Portugal prepara-se para assinar um protocolo com a EDP para instalação de painéis fotovoltaicos nas explorações agrícolas visando a produção de energia elétrica para autoconsumo e venda à rede. *«Este acordo permitirá aos agricultores constituírem-se como unidades produtoras de energia elétrica a partir de parques solares, com base em financiamento a 100% pela EDP, ou em alternativa pode ser a EDP a financiar-se na construção dos parques solares explorando esses parques, com a garantia de que o agricultor vai pagar uma eletricidade 30% a 40% mais barata do que atualmente»*, explicou o presidente da CAP, que

pretende captar ajudas do Plano de Recuperação e Resiliência e do novo Quadro Plurianual de Apoio para operacionalizar a criação destes parques solares agrícolas.

Luís Mira Amaral lamentou que o Governo não tenha aliviado o imposto sobre os produtos petrolíferos num cenário de alta dos preços dos combustíveis e sugeriu que o Executivo invista as receitas das licenças de emissão de carbono, uma das principais fontes de financiamento do Fundo Ambiental, no abaixamento dos custos com a energia elétrica. *«A receita de CO2 aumentou muito e, por isso, deve ser injetada para baixar os custos da energia»*, defendeu o ex-Ministro.

Rogério Ferreira, diretor-geral de Agricultura, afirmou que ao abrigo do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, a vigorar a partir de 2023, *«importa apoiar os investimentos para a produção de energia renovável e menos onerosa, avaliar e considerar elegível as medidas associadas ao regadio público na construção de centrais fotovoltaicas para novos regadios e regadios existentes e criar as condições para se atingir o regadio sustentável»*.

O Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Mineiro Aires, comentador na conferência, alertou que é fundamental *«acautelar a soberania do país»* no que respeita ao armazenamento de água para a agricultura, indústria e consumo urbano. *«Estamos numa encruzilhada em que temos todos que pensar em conjunto e encontrar as melhores soluções para resolver os nossos problemas em casa, porque se formos contar com os outros se calhar as coisas correm-nos mal»*, disse o engenheiro numa alusão à Convenção de Albufeira, acordo luso-espanhol sobre os rios internacionais.

Sobre a FENAREG

A FENAREG é uma associação de utilidade pública, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, fundada em 2005, que agrupa entidades dedicadas à gestão da água para rega, tanto superficial como subterrânea, com o objetivo de unir esforços e vontades na defesa dos seus legítimos interesses e na promoção do desenvolvimento sustentável e da competitividade do regadio. Atualmente conta com 30 associados que representam mais de 27 mil agricultores regantes, que significa mais de 95% do regadio organizado nacional.

Mais informações: FENAREG Tel.: 962 055 519 | secretariado@fenareg.pt | <http://www.fenareg.pt/>

Sobre o COTR

O Centro de Competências para o Regadio Nacional é uma associação sem fins lucrativos que visa potenciar o desenvolvimento agrário através da coordenação e promoção da investigação científica, da experimentação, demonstração e difusão de resultados e da formação e qualificação profissional no domínio das culturas de regadio. Tem atualmente 35 associados, entre instituições e organismos públicos, autarquias locais, estabelecimentos de ensino superior e politécnico, associações de agricultores e empresas privadas.

Mais informações: COTR Tel.: 284 321 582 | info@cotr.pt | <http://www.cotr.pt/>